



MUNDOPOÉTICA

geopolíticas do literário

organização
Cinara Ferreira
Andrei Cunha

CLASS

MUNDOPOÉTICA

geopolíticas do literário

Andrei dos Santos Cunha
Cinara Antunes Ferreira
organização

2020

CLASS

Todos os direitos desta edição reservados.

Copyright © 2020 da edição:
Andrei Cunha
Cinara Ferreira
Copyright © 2020 dos capítulos:
Seus autores

Coordenação editorial

Roberto Schmitt-Prym

Conselho editorial

Antonio David Cattani
Claudio Vescia Zanini
Daniela Pinheiro Machado Kern
Demetrius Ricco Ávila
Elaine Barros Indrusiak
Jéferson Assunção
Karina de Castilhos Lucena
Luciana Wrege Rassier
Pedro Demenech

Projeto gráfico

Roberto Schmitt-Prym

Capa e ilustração da capa

Andrei dos Santos Cunha

Revisora-chefe

Marianna Ilgenfritz Daudt

Equipe de revisão

Andrei dos Santos Cunha
Anselmo Peres Alós
Cinara Antunes Ferreira
Elizamari Rodrigues Becker
Fernanda Vivaçqua de Souza
Galvão Boarin
Gabriel Pessin Adam
Ian Alexander
Karine Mathias Döll
Marcelo Oliveira da Silva
Rafael de Carvalho Matiello
Brunhara
Vinícius Casanova Ritter

Como citar este livro (ABNT)

CUNHA, Andrei; FERREIRA, Cinara (org.). **Mundopoética: geopolíticas do literário**. Porto Alegre: Bestiário / Class, 2020.

BESTIÁRIO



Rua Marquês do Pombal, 788/204
CEP 90540-000

Porto Alegre, RS, Brasil
Fones: (51) 3779.5784 -
99491.3223
www.bestiario.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M965 Mundopoética: Geopolíticas do literário / organizado por Andrei dos Santos Cunha, Cinara Antunes Ferreira. - Porto Alegre, RS : Class, 2020.
292 p. : il. ; 14cm x 21cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-991765-0-0

1. Literatura brasileira. 2. Ensaíos. I. Cunha, Andrei dos Santos. II. Ferreira, Cinara Antunes. III. Título.

2020-1520

CDD 869.94
CDU 82-4(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura brasileira : Ensaíos 869.94
2. Literatura brasileira : Ensaíos 82-4(81)

SUMÁRIO

- 7** **Prefácio**
Andrei dos Santos Cunha
Cinara Antunes Ferreira
- 13** **Aproximações entre as Relações Internacionais e a Literatura Comparada por meio da história da tradução**
Andrea Cristiane Kahmann
Gustavo Oliveira Vieira
- 37** **Hipóteses para uma poética em interface com a geopolítica**
Andrei dos Santos Cunha
Cinara Antunes Ferreira
- 49** **Literatura Comparada e teoria queer: diálogos e confluências em tempos de internacionalização**
Anselmo Peres Alós
- 70** **Uma análise de *Submissão* de Michel Houellebecq a partir de teorias de Relações Internacionais críticas**
Cícero Krupp da Luz
- 86** **As produções artísticas e literárias de Josefina Plá e Josely Vianna Baptista a partir do barro: vínculos e convivências em perspectiva transnacional**
Débora Cota
- 103** **Tradução literária e *soft power*: o projeto do Instituto de Tradução da Rússia**
Denise Regina de Sales

- 117** **Poesia brasileira traduzida para o inglês:
com que face somos apresentados ao
mundo anglófono**
Elizamari Rodrigues Becker
- 136** **A origem grega da teoria realista de
Relações Internacionais**
Gabriel Pessin Adam
- 164** **“Slavie em Berlim”, de Yoko Tawada — a
escritora e sua escrita sem morada definida**
Gerson Roberto Neumann
- 181** **Algumas coisas que o Brasil me ensinou
sobre a minha literatura**
Ian Alexander
- 208** **Derivações estéticas
da *Ilíada***
Carlos Leonardo Bonturim Antunes
- 222** **Paisagens do íntimo e as poéticas da
internacionalização**
Maria Luiza Berwanger da Silva
- 235** **A antropofagia como crítica política da
cultura contemporânea**
Rejane Pivetta
- 246** **A estranha poesia das mulheres: corpos,
vozes, performances**
Rita Lenira de Freitas Bittencourt
- 261** **Des-figurações do corpo feminino:
textualidade fora da lei**
Rita Terezinha Schmidt
- 276** **Mário de Andrade, diplomata tropical:
cultura negra, música popular e a revista
*Travel in Brazil***
Roniere Silva Menezes

HIPÓTESES PARA UMA POÉTICA EM INTERFACE COM A GEOPOLÍTICA

Andrei dos Santos Cunha¹
Cinara Antunes Ferreira²

O “EQUIVALENTE LITERÁRIO DE PORTO ALEGRE”?

Em uma resenha de 2004, o historiador inglês Perry Anderson afirma, fazendo referência às edições do Fórum Social Mundial que foram realizadas em Porto Alegre, que o livro **A República mundial das letras**, de Pascale Casanova (2002), é o “equivalente literário de Porto Alegre”. Em sua análise, Anderson vai na via contrária da maioria dos críticos da obra de Casanova, que afirmam mais frequentemente que o galocentrismo da autora tem o efeito de distorcer sua visão da literatura-mundo, ao determinar uma prevalência estática do chamado “capital cultural” francês. Ao contrapor a concepção anglofônica de uma *world literature* centrada na experiência histórica da descolonização, Casanova estaria dando destaque, na visão de Anderson, a um “mapa de relações desiguais” e

¹ Tradutor literário de japonês, com traduções publicadas de Tanizaki Jun'ichirô, Inoue Yasushi, Sei Shônagon, Ogawa Yôko, Tawada Yôko e Nagai Kafû. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Hitotsubashi (Tóquio, Japão) e Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de língua e literatura japonesa no Instituto de Letras da UFRGS.

² Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Pós-doutorado em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta de Teoria Literária no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem pesquisa em torno do tema do espaço na literatura de autoria feminina e das relações entre música e literatura (UFRGS/UFPe).

explorando “os dilemas e estratégias dos despossuídos” com grande “generosidade” (ANDERSON, 2004).

Até certo ponto, as duas interpretações opostas são plausíveis. De um lado, há críticos que afirmam que a visão de Casanova beira o imperialismo cultural; de outro, há um raciocínio possível para justificar a interessante iconização de Porto Alegre como um ideal de cooperação internacional proposta por Anderson. Casanova assume uma postura distanciada, neutra, “descritivista”, para explicar o motivo por que Paris seria o “meridiano” da literatura mundial. Alicerçada na tradição da sociologia bourdieusiana, ela propõe a ideia de um “capital literário” — uma forma de poder, centralizada em determinadas culturas que cumpririam o papel de “centros” e “árbitros” da excelência em literatura.

Na verdade, isso é tudo empiricamente verificável. Atores importantes no sistema literário mundial, como a Academia Sueca, o cinema de língua inglesa e o mercado editorial francófono — para ficarmos apenas em três exemplos de um universo bastante complexo —, determinam quais autores incluir numa espécie de cânone de prestígio universal que, ainda que extremamente plástico e instável, reflete estruturas e processos das Relações Internacionais e da política econômica. Não se trata de exaltar esses atores e autores centrais — trata-se apenas de uma tentativa de compreender o funcionamento da “república mundial das letras”, com suas injustiças, arbitrariedades e idiosincrasias. Da mesma forma, muitos criticam o destaque que Casanova dá à interação entre a formação do estado-nação moderno e a criação de “literaturas nacionais”, quando na verdade ela talvez esteja simplesmente descrevendo um processo histórico — sem criticá-lo explicitamente, mas também sem louvá-lo.

Há semelhanças entre a teorização de Casanova e os textos de Gideon Toury e de Itamar Even-Zohar, que originaram justamente a escola descritivista de estudos de tradução. Assim, Even-Zohar (2012) destaca a importância da tradução literária na formação de novos polissistemas, algo que se aproxima bastante das descrições que Casanova faz das relações entre centros e periferias da “república mundial das letras”. Para Toury (2001), a norma tradutória pode ser entendida como o conjunto de regras, explícitas ou implícitas, que regem aquilo

que é considerado como aceitável ou não em uma tradução em um dado lugar e época. Por exemplo, a norma tradutória brasileira aceitava, até a década de 1990, a existência de traduções indiretas (a partir do inglês ou do francês) de textos escritos em línguas não hegemônicas, como o russo, o japonês, o húngaro, o grego, etc. No Brasil, até os anos 1980, as traduções do japonês eram praticamente todas feitas do inglês e isso não era considerado um problema. Esse tipo de tradução é cada vez menos aceito hoje. Muitas obras estrangeiras são divulgadas com a informação expressa de que foram traduzidas diretamente da língua de partida, deixando implícito que são mais valiosas se feitas assim. Em Portugal, para fins de comparação, até hoje as traduções indiretas são a norma para textos de culturas não europeias.

A hipótese da “república mundial das letras” também tem pontos de contato com o que a teoria das Relações Internacionais chama de “realismo” — uma questão abordada neste mesmo volume por Gabriel Pessin Adam (2020). Quando descreve a forma como grandes potências ou blocos de poder atuam em um sistema anárquico, a teoria das Relações Internacionais não se propõe a analisar se um mundo com grandes e pequenos é justo ou não, e sim de que maneira ocorre a interação quando a assimetria do poder é um dado — paradoxalmente, uma característica que o realismo das Relações Internacionais tem em comum com o marxismo da Economia Política. Da mesma forma, o triunfalismo francocêntrico de que é acusada Casanova pode ser meramente uma forma de analisar um sistema, um *a priori*, sem lhe atribuir um juízo de valor. Ora, a postura epistemológica mais comum do estudioso de Relações Internacionais é, do ponto de vista da grande maioria dos acadêmicos que estudam Literatura Comparada, algo próximo do imoral e do inconcebível: o último século foi dedicado, na área de literatura como um todo, a desmentir a ideia de um *a priori*, e a denunciar aqueles que imaginam haver um *a priori* como instrumentos (inadvertidos ou não) de reprodução de um *status quo* que só pode ser combatido por meio da eliminação das certezas.

De certa maneira, muito mais do que uma Porto Alegre utópica, o livro de Casanova talvez seja um avatar de um *modus operandi* francês verificado tradicionalmente no âmbito

da política internacional. Trata-se de uma variedade do triunfalismo nacionalista europeu que se baseia, na verdade, em um frio cálculo de poder: se a França não faz mais parte da lista de grandes jogadores (tendência que se confirmou definitivamente após a Segunda Grande Guerra), a única maneira de fazer com que a França seja ouvida é (1) enfatizando questões de prestígio e de tradição cultural — o que mais tarde Joseph Nye (2004) batizaria de *soft power* — e (2) recusando-se a pertencer a este ou àquele grande bloco internacional, assumindo o papel de “árbitro” quando surgem atritos entre os dois lados, no caso de “irem longe demais”.

A encarnação mais célebre de um automeado “juiz no jogo das nações” é o general Charles de Gaulle, que durante sua presidência usou de maneira bastante astuta a rivalidade entre União Soviética e Estados Unidos em proveito próprio, amplificando consideravelmente o poder de barganha da França no âmbito internacional, ao rejeitar (apenas quando possível e algumas vezes meramente no plano do retórico) as tentativas americanas de enquadrá-lo, submisso, às regras do bloco. De Gaulle fez uso dessa estratégia em outros contextos também, ao elogiar o movimento separatista do Québec, ao atrapalhar sistematicamente o consenso das nações da OTAN, e ao atrasar em décadas a implantação daquilo que hoje chamamos de União Europeia, para ficarmos em uns poucos exemplos — e sempre em proveito próprio, sob a égide de uma ideologia nacionalista.

A imagem da França como *power broker* de um sistema polarizado vem associada a outras construções retóricas: a França como defensora dos direitos humanos; a França civilizada e humanista; a francofonia como alternativa para a anglofonia³. Essa imagem, a bem da verdade construída ao longo de séculos e vigente muito antes dos anos De Gaulle — e que ainda hoje rende dividendos, cada vez que Nicolas Sarkozy se apresenta na televisão como uma “alternativa civilizada” para Donald Trump — talvez seja a “Porto Alegre utópica” que Perry Anderson enxergou no nada utópico livro de Pascale Casanova:

³ A retórica e a imagem que a França construiu para si deve, claro, ser cotejada com sua postura como império colonial, sobretudo na sua atuação na Indochina e na África, sobretudo na Guerra da Argélia (1954-1962).

ao propor um contraponto à hegemonia daqueles que De Gaulle chamava com sarcasmo de *les anglo-saxons*, o “meridiano de Paris” representa um suspiro de liberdade e autonomia, a ser seguido e lembrado no contexto das mais diversas culturas.

Essas imagens de uma França benévola e humanista são muito bem conhecidas dos pesquisadores e professores brasileiros da área de humanas. Desde o século XIX, no Brasil, os processos de tradução cultural e modernização foram ditados por uma combinação de circunstâncias locais e internacionais. Para as nações das Américas que se tornaram independentes de países europeus, “a língua não era um elemento de diferenciação entre a colônia e a metrópole [... e] todos tinham língua e ancestralidade em comum com aqueles contra quem estavam lutando” (ANDERSON, 1991, p. 47). Maria Cristina Batalha (2001, p.117) descreve esse processo da seguinte maneira:

Após a independência do Brasil, em 1822, o desejo de marcar a diferença em relação a Portugal [...] levou-nos à rejeição da metrópole, resultando em uma nova forma de dependência, pois então foi o modelo francês que passou a ser adotado. [...] A França foi constante e gradativamente se tornando uma influência nociva no início do período republicano — um instrumento de alienação que fornecia os cânones da moda, das artes e da literatura.

A geração de intelectuais brasileiros anterior à de Maria Cristina Batalha ainda via a influência francesa como principalmente benéfica. Por exemplo, Antonio Candido afirma o seguinte:

[A] cultura francesa [...] se revelou mais aberta, menos ligada aos interesses das classes e dos grupos do que qualquer outra [...]. Consequentemente, é graças ao Francês que pudemos ver o mundo, que adquirimos o senso da História, que lemos os clássicos de todos os países, inclusive gregos e romanos. Certamente isto não é um simples acidente histórico e esta situação só pôde se formar graças às características de versatilidade e universalidade que permitiram à cultura francesa uma posição única entre as demais. [...] A língua e

cultura francesas ganharam na América Latina uma certa “aura”, um prestígio que as coloca acima de outras impregnações culturais e étnicas. (CANDIDO, 1977, p. 9–12)

Candido não precisou ler **A República Mundial das Letras** para descrever o meridiano de Paris com considerável acurácia, ainda que em uma versão idealizada. Esse tipo de apologia da França não era raro até os anos 1980, e ainda tem consequências para a universidade brasileira, especialmente na área de humanas. No domínio da literatura e da tradução literária, a cultura francesa tem lugar central para o Brasil desde o século XIX. Até o final da Segunda Grande Guerra, o francês foi a principal via de intermediação entre as culturas não hegemônicas e a América Latina. Paris era um centro criador de movimentos artísticos e literários latino-americanos, e não foi Pascale Casanova a primeira a constatar isso. Cumpre a nós, que escrevemos hoje sobre essas questões, interpretar as reflexões de Casanova, Batalha e Candido a partir de uma perspectiva crítica, reavaliando os pontos em que a teoria passa a ser retórica congratulatória ou estratégia de combate.

LITERATURA COMPARADA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os estudos de Relações Internacionais e de Literatura Comparada surgiram como disciplinas acadêmicas entre o final do século XIX e o fim da Primeira Grande Guerra, como tentativas de sistematizar o conhecimento humano sobre questões culturais e políticas relacionadas ao mundo — em oposição aos estudos, muito mais desenvolvidos à época, de questões culturais e políticas relacionadas a nações específicas. Ainda que inicialmente imperfeitas e subordinadas a visões de mundo eurocêntricas e limitadas, essas disciplinas representavam um grande avanço, pois sugeriam haver traços em comum às literaturas do mundo (do lado da Literatura Comparada) e uma especificidade à maneira como os atores políticos se comportavam na esfera internacional (do lado das Relações Internacionais). No entanto, essas disciplinas não

surgiram de um vácuo — elas são, na verdade, a consolidação acadêmica de estudos e obras literárias e analíticas que buscaram, ao longo dos séculos, compreender a experiência humana como um sistema não limitado a fronteiras civilizacionais ou culturais e sempre em interação com outras unidades sociais mais ou menos distantes. As duas disciplinas se desenvolveram independentemente, mas guardam entre si muitas semelhanças e trajetórias teóricas e metodológicas comuns.

Tanto a Literatura Comparada quanto o estudo das Relações Internacionais pressupõem uma geografia. Assim, por exemplo, Franco Moretti, da área da Literatura Comparada, propõe a descrição do surgimento do romance como gênero literário moderno na Europa a partir de uma cartografia de influências e modelos (MORETTI, 2000). Na mesma linha, Casanova imagina um universo literário muito semelhante à visão de um hipotético diplomata francês mais conservador, que enxergasse a cultura do mundo pelo viés da concepção que os intelectuais parisienses teriam dessa rede de interconexões e recepções. Esse mundo literário, à semelhança do mundo das Relações Internacionais, é composto de centros e periferias, aliados e rivais, conflitos e pacificações. De um lado, o modelo, digamos, “competitivo” das literaturas nacionais e de suas interações proposto por Casanova teria muito a ganhar em complexidade e potência explanatória se adotasse em maior escala os conceitos e raciocínios próprios às disciplinas que se dedicam ao estudo da geopolítica internacional.

Por outro lado, se despimos o estudo da literatura da obrigação de refletir fielmente as fronteiras impostas pelo político, perceberemos que a interdependência cultural transcende, em grande medida, as limitações governamentais. Nesse sentido, o estudo das Relações Internacionais teria muito a aprender com a literatura, que adota uma visão mais anárquica e porosa da experiência humana.

Tanto a Literatura Comparada quanto o estudo das Relações Internacionais descrevem o mundo a partir de uma perspectiva histórica. Essa talvez seja a interface mais simples de ser demonstrada, pois o panorama diacrônico das nações e das literaturas é (obviamente) concomitante e dialogante. Assim, por exemplo, a história do romantismo alemão se confunde com

a tomada de consciência daquilo que se convencionou chamar de “nação germânica”. A descrição que Benedict Anderson (1991) faz do surgimento de diversos nacionalismos em diferentes pontos do planeta a partir da ascensão da língua nacional e do estabelecimento de um cânone de obras literárias é conhecido e sempre lembrado — tanto em salas de aula de literatura como em cursos de Relações Internacionais. Esse paradigma do “nacional — que é uma língua — que é uma literatura” é o mesmo, tanto para a política como para os estudos literários mais ortodoxos, e as tentativas teóricas de relativização, crítica e transcendência com relação ao modelo das unidades nacionais tem diversos pontos em comum nas duas disciplinas, com arcabouços teórico-críticos como o pós-estruturalismo e o feminismo fazendo aparições importantes em ambos os campos acadêmicos.

Além disso, tanto a Literatura Comparada quanto o estudo das Relações Internacionais estão ancorados em uma perspectiva política. Nas Relações Internacionais, o objeto central da ciência, dentre outros assuntos conexos, é a compreensão e proposição do poder internacionalmente. Os autores realistas, como Morgenthau (1948), tinham a pretensão de construir uma teoria que tivesse uma base empírica.

O estudo da literatura, por sua vez, passa ciclicamente por períodos em que as relações de poder ganham destaque e por outros em que concepções de “pureza literária”, “originalidade e invenção”, “autonomia do literário”, etc., buscam negar a primazia do político. Aqui, como em outras interfaces entre a literatura e outras disciplinas (a psicanálise é um exemplo que não raro é lembrado), o risco é grande de se recair numa visão simplista, em que conceitos complexos são agenciados pelos estudos literários como ferramentas auxiliares para explicar fenômenos e efeitos textuais, ignorando as especificidades e tradições próprias à literatura. Esse delicado equilíbrio entre o interdisciplinar e o meramente instrumental está sempre em risco, e seus limites são provisórios e ambíguos.

O cosmopolitismo das grandes potências pode ser descrito como vendo “em cada horizonte de diferença novas periferias da sua própria centralidade, novas patologias por meio das quais a sua própria normatividade pode ser definida e deve se reafirmar” (SMITH, 1988, p. 54). Assim, por exemplo, o

orientalismo britânico informou, em parte, o orientalismo americano, que se tornou mais expressivo durante a Guerra do Pacífico (1942–1945) e o Período de Ocupação (1945–1952). O orientalismo americano também parece preocupado em instrumentalizar conhecimentos para facilitar o domínio. Talvez a mais importante obra escrita sobre o Japão por um orientalista seja **O Crisântemo e a Espada** (1972; a primeira edição é de 1946), da antropóloga Ruth Benedict, que contou com a colaboração do Escritório de Informação de Guerra dos Estados Unidos, em seu projeto de traçar um retrato do “espírito japonês”, de maneira a facilitar o trabalho de pacificação do país derrotado pelas tropas do General MacArthur.

Da mesma forma, textos como “A Crise da Literatura Comparada”, de René Wellek, de 1959 (edição brasileira de 1994), e o texto-irmão desse — *Comparaison n'est pas raison*, de Étiemble (1963) ganham novo significado se pensamos que sobre eles pairava a constante ameaça da aniquilação total. Em outubro de 1962, durante o confronto que ficou posteriormente conhecido como a Crise dos Mísseis de Cuba, o mundo viveu por treze dias a real possibilidade da total extinção (a estratégia soviética e americana para a crise nuclear foi batizada de MAD — *mutual assured destruction*). A palavra “crise” do título do artigo de Wellek parece prenunciar o pesadelo político que ocorreria três anos depois; e o livro de Étiemble, com o seu “não é razão” do título, é talvez um dos últimos textos defendendo um ideal de humanismo racional, pré-1968, com argumentos cosmopolitas e internacionalistas, em oposição à irracionalidade do uso da ciência e da técnica em prol da guerra. Nesse sentido, a Literatura Comparada da segunda metade do século XX, a abertura multidisciplinar, as tentativas de descentralização, e o maior diálogo entre culturas parecem ser o fruto de uma real e vivida angústia.

A Literatura Comparada teria muito a ganhar com uma abordagem interdisciplinar que incluísse o estudo das Relações Internacionais. Seria uma oportunidade de autoexame e tomada de consciência de sua própria história. Alguns conceitos centrais ao comparatismo, como intertextualidade, multimidialidade, gênero textual, hibridismo, orientalismo, pós-colonialismo, tradução, literatura-mundo, entre outros, ganham nova potência e relevância se compreendidos a partir

da evolução teórica dos estudos internacionais. Por sua vez, as origens hipercientíficas e supostamente “neutras” do discurso e do estudo das Relações Internacionais, quando vistas a partir do literário, ganham uma dimensão humana que revela aspectos que esses estudos buscaram, por muito tempo, rejeitar.

As Relações Internacionais, no nível do humano e no nível institucional, nunca estiveram muito longe das transformações refletidas por meio do literário. Historicamente, a literatura foi sempre reivindicada por aqueles que estão próximos do poder — ostensivamente, como uma atividade de diletantismo e *l'art pour l'art*; no fundo, como uma possibilidade de instrumentalização do narrativo, do estético e do linguístico que correspondesse aos desejos, necessidades e projetos de poder dessas elites nacionais, atores do âmbito internacional. Ao mesmo tempo que serviu de modelo e de legitimador das transformações globais, a literatura reflete, em muitas de suas transformações, as tendências da geopolítica.

Neste texto, buscamos salientar que muitos fenômenos considerados como domésticos ou únicos, quando analisados do ponto de vista das literaturas nacionais, ganham uma ressonância poderosa com o mundo como um todo, se observados contra o pano de fundo das Relações Internacionais. Acreditamos, assim, que esse tipo de colaboração interdisciplinar pode ocorrer em diversos níveis — muitos dos quais não mencionamos aqui, ou sequer imaginamos. A riqueza da interface ainda está praticamente toda por ser descoberta.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1991.
- ANDERSON, P. *Union Sucrée*. *London Review of Books*, Londres, v. 26, n. 18, 23 set. 2004, p. 10–16. Disponível em: <<https://www.lrb.co.uk/v26/n18/perry-anderson/union-sucree>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- BATALHA, M. C. *The Place of Foreign Literature in the Brazilian Literary System*. Tradução para o inglês de John MILTON. In: MILTON, J. (Org.). *Emerging Views on Translation History in Brazil*, CROP (Special Edition), Revista do Curso de Língua Inglesa e Literaturas Inglesa

- e Norte-Americana da FFLCH, USP, São Paulo, v. 6. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 109–128.
- BENEDICT, R. **O Crisântemo e a Espada**: padrões da cultura japonesa. A edição não indica o nome da tradutora. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CANDIDO, A. [Assinando como Antônio Cândido de Mello e Souza]. O Francês Instrumento de Desenvolvimento. Traduzido do francês por Diva B. DAMATO. In: CANDIDO, A.; CARONI, I.; LAUNAY, M. **O Francês Instrumental**: a experiência da Universidade de São Paulo. São Paulo: Hemus, 1977. p. 9–17.
- CASANOVA, P. **A república mundial das letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- DAMROSCH, D. **What is World Literature?** Nova Jérsei: Princeton University, 2003.
- ÉTIEMBLE, R. **Comparaison n'est pas raison — la crise de la littérature comparée**. Paris: Gallimard, 1963.
- ÉTIEMBLE, R. Crise da Literatura Comparada? Tradução de Lúcia Sá Rebelo. In: COUTINHO, E.; CARVALHAL, T. **Literatura Comparada**: textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 191–198.
- EVEN-ZOHAR, I. A posição da literatura traduzida dentro do polissistema literário. Tradução de Leandro Braga. **Translatio**, Porto Alegre, n.3, 2012, p.3–10. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/34674/22321>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- MORETTI, F. *Conjectures on World Literature*. **New Left Review**, v.1, p. 54–68, Jan.–Feb. 2000.
- MORGENTHAU, H. J. **Politics Among Nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.
- NYE, J. S. **Soft power: the means to success in world politics**. Nova Iorque: Public affairs, 2004.
- SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SMITH, B. **Contingencies of Value**. Cambridge: Harvard University, 1988.
- TOURY, G. Em busca de leis para a atuação tradutória. Tradução de Erica Schultz. **Cadernos de Tradução**, n. 14, Porto Alegre, 2001. p. 19–37.
- WALTZ, K. **Man, the State, and War**. Nova Iorque: Columbia University, 1959.

WELLEK, R. A crise da Literatura Comparada. In: COUTINHO, E. F.; CARVALHAL, T. F. (orgs.). **Literatura Comparada**: textos fundadores. Tradução de Maria L. R. Coutinho. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 108–119.